



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 17 de fevereiro de 2011

| | |
|---|----|
| A CRITICA sim & não | 1 |
| OPINIÃO | |
| A CRITICA RANKING DE INVESTIMENTOS | 2 |
| ECONOMIA | |
| A CRITICA FIM DOS CRÉDITOS DE IPI | 3 |
| ECONOMIA | |
| A CRITICA FIM DOS CRÉDITOS DE IPI (continuação) | 4 |
| ECONOMIA | |
| AMAZONAS EM TEMPO Aleam | 5 |
| POLITICA | |
| AMAZONAS EM TEMPO PIB variou entre 7,5% e 8% em 2010, diz Mantega | 6 |
| ECONOMIA | |
| AMAZONAS EM TEMPO Empresas do PIM iniciam discussões sobre PLR 2011 | 7 |
| ECONOMIA | |
| AMAZONAS EM TEMPO Mdic retoma discussão de 'PPB da Adidas' | 8 |
| ECONOMIA | |
| AMAZONAS EM TEMPO Mdic retoma discussão de 'PPB da Adidas' (continuação) | 9 |
| ECONOMIA | |
| DIÁRIO DO AMAZONAS CAPA | 10 |
| DIÁRIO DO AMAZONAS AM tem o 2º maior déficit comercial | 11 |
| AMAZONAS | |
| DIÁRIO DO AMAZONAS INDICADOR | 12 |
| AMAZONAS | |

sim & não

até 2009 foi o coordenador de estudos econômicos da autarquia.

Técnico José Alberto é irmão do dirigente regional e nacional do PDT Stonés Machado, mas não tem filiação partidária. Ele é graduado em Administração de Empresas e em Economia, doutor em Desenvolvimento Regional.

Lobby Apesar da movimentação silenciosa do PT, ainda não se pode dizer que Flávia Grosso está fora do cargo. A favor dela pesa ainda o lobby político e de líderes empresariais do Amazonas que querem a permanência dela na superintendência.

Cafezinho O titular da Sudam, Djalma Mello, um dos

que aguardam nomeação pela presidente Dilma Rousseff, foi visto na semana passada, no cafezinho do Senado, conversando com o senador Eduardo Braga (PMDB).

Indicado O PT já indicou ao Governo Federal o nome para substituir Flávia Grosso na Suframa. Trata-se de José Alberto da Costa Machado, que

RANKING DE INVESTIMENTOS

Manaus é destaque

Capital amazonense é a cidade mais investe no Norte, segundo relatório

Manaus liderou o ranking de investimentos no Norte do Brasil, em 2009, segundo levantamento feito pelo anuário Multi Cidades - Finanças dos Municípios do Brasil, lançado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Em nível nacional, no entanto, a capital amazonense ficou em 17º lugar. Os investimentos foram da ordem de R\$ 165,9 milhões, registrando um crescimento de 41,2% se comparado com os números de 2008, quando Manaus ocupava a terceira colocação com R\$ 117,5 milhões, atrás de Porto Velho (RO) e Belém (PA).

De acordo com fontes da prefeitura de Manaus, esse resultado deve-se a uma operação de crédito realizada pelo município da ordem de R\$ 68,8 milhões e de transferências realizadas pela União, no valor de R\$ 25,7 milhões.

Além de Manaus, a capital de Macapá também conseguiu se destacar entre os municípios selecionados pelo anuário que aumentaram seus investimentos em 2009, se comparado com o ano de 2008. A cidade registrou um crescimento de 30,1%.

As 10 cidades que mais investiram em 2009

| Posição | UF | Município | Investimento em R\$ | População 2009 |
|---------|----|----------------|---------------------|----------------|
| 1º | SP | São Paulo | 2.198.269.308 | 11.037.593 |
| 2º | MG | Belo Horizonte | 831.286.193 | 2.452.617 |
| 3º | RJ | Rio de Janeiro | 485.088.080 | 6.186.710 |
| 4º | SP | Barueri | 354.098.404 | 270.173 |
| 5º | SP | Guarulhos | 342.758.276 | 1.299.283 |
| 6º | PR | Curitiba | 279.110.377 | 1.851.215 |
| 7º | MS | Campo Grande | 255.242.828 | 755.197 |
| 8º | CE | Fortaleza | 246.547.986 | 2.505.552 |
| 9º | SP | Campinas | 224.779.761 | 1.064.669 |
| 10º | RS | Porto Alegre | 207.528.259 | 1.436.123 |

Fonte: Multi Cidades - Finanças dos Municípios do Brasil

QUEDA

A região Norte totalizou um montante da ordem de R\$ 1,89 bilhão para investimentos em 2009, enquanto que em 2008 foram gastos R\$ 2,61 bilhões. Pode ser considerada uma queda expressiva, pois o investimento em 2009 ficou abaixo dos valores de 2007.

Seja por mudanças políticas ou pela crise econômica internacional, os investimentos sofreram queda nas pequenas e grandes cidades brasileiras em 2009, segundo levantamento feito pela Multi Cidades. Nesse

ano, os municípios aplicaram R\$ 26,5 bilhões, uma queda de 25,2%, se comparado com o ano de 2008, quando investiram R\$ 35,4 bilhões.

O anuário Multi Cidades utiliza como base números da Secretaria do Tesouro Nacional e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O anuário apresenta uma análise do comportamento dos principais itens da receita e despesa municipal; tais como ISS, IPTU, ICMS, FPM, despesas com pessoal, investimento, dívida, saúde e educação, entre outros.

FIM DOS CRÉDITOS DE IPI

Menos competitividade na ZFM

STF acaba com crédito presumido de IPI para empresas de outros Estados que compram insumos produzidos na Zona Franca.

ANTÔNIO PAULO
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

BRASÍLIA (SUCURSAL) – As empresas instaladas fora da Zona Franca de Manaus (ZFM) estão proibidas de receber duas vezes os créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos bens intermediários isentos na cadeia iniciada no Polo Industrial (PIM). Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) diz que a prática de alíquota do IPI menor, passível de isenção parcial, não gera o direito à diferença de crédito.

A regra do crédito presumido existente no modelo de incentivos amazense continua para os produtos elaborados com matérias-primas, agrícolas, extrativas regionais (exceto

Prejudicados

Fieam e Cieam não têm ideia de quantos fabricantes de insumos na ZFM têm fornecido, para contribuintes do IPI estabelecidos em outras localidades do País, o crédito presumido dos bens que não sejam finais e de matérias-primas locais.

de origem pecuária) e para os bens finais como televisores, motocicletas e outros, previstos no Decreto-Lei n° 1.435/75.

O STF pôs fim a uma prática há muito desenvolvida. Como os produtos fabricados na Zona Franca são isentos ou tem alíquota zero do IPI, diversas fá-



Ministra Carmen Lúcia diz que o crédito presumido será considerado pelo fisco

bricas ou revendedoras de outros Estados creditavam a alíquota isentada. Exemplo da operação: se um fabricante do PIM produz um motor - isento do imposto - e vende para uma montadora fora de Manaus, o comprador tinha direito a um crédito do IPI, embora não tenha sido pago na origem. Cada produto tem uma alíquota de IPI. A mais comum, a alíquota modal, é de 15%.

Os dirigentes industriais do Amazonas observam que nem todas as empresas trabalham com o crédito presumido para não correrem risco. "O fato é que chegamos até nós os rumores de preocupação dos fabricantes de concentrados para bebidas não-alcoólicas estabelecidos na ZFM, cujos engarrafadores-dis-

tribuidores em outros Estados começaram, já há algum tempo, a ser atuados pelo Fisco Federal, no que respeita ao crédito de IPI em relação aos concentrados que compram de fábricas da ZFM", adverte o consultor jurídico da Federação e do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam/Cieam), Raimundo Noronha.

No voto-vista, a ministra Carmen Lúcia diz que "eventual mitigação dessa vantagem - crédito presumido - para o adquirente (comprador), pela incorporação do custo de produção do insumo desonerado no seu produto, poderá ser objeto de consideração pela autoridade fiscal que poderá reduzir a alíquota de incidência do IPI." O acórdão de 10 de fevereiro de 2011, do STF, afirma que no sistema tributário constitucional, a isenção não gera, por si só, direito a crédito. Está formada a jurisprudência e o caso Jofran Embalagens/RS, transformado em repercussão geral, serve, a partir de agora, a todo o setor industrial brasileiro.

FIM DOS CRÉDITOS DE IPI (continuação)

Blog

“ **Raimundo Noronha** consultor jurídico da Fieam e do Cieam ”

“Não é prudente tolerar, sem uma ação vigorosa em contrário, nos planos político e administrativo, o processo contínuo de erosão das características da ZFM, preservadas pelo artigo. 40 do ADCT-88 (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e estendidas no tempo pelo art. 92 desse Ato, por leis, decretos, por-

tarias interministeriais. Sob essa visão, devemos tentar resolver impasses, de forma oportuna e rápida, mediante processo legislativo, ao invés de deixar que as causas sejam postas para que o Poder Judiciário as resolva.

É fundamental que as entidades de classe atuem junto ao Governo do Estado e junto à bancada parlamentar do Amazonas, para que, articulados, possam tentar

recuperar, junto ao Governo Federal, vantagens da ZFM indevidamente perdidas, no período de 1991 a 2010.

A bancada amazonense no Congresso Nacional está, em sua maior porção, afinada com esse objetivo, como o demonstram as emendas apresentadas à MP nº 517 (que tira mais vantagens comparativas da ZFM no que diz respeito à Lei de Informática)”.

Aleam

Deputado quer criação de frente pela ZFM

O deputado estadual José Ricardo (PT) propôs ontem a criação de uma Frente Parlamentar Permanente para discutir e defender o papel da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

A Frente Parlamentar Permanente de discussão da ZFM, de acordo com o deputado, é necessária porque nascem todos os dias novidades que afetam a Zona Franca, como a

edição de medidas provisórias que beneficiam segmentos industriais em outros Estados do Brasil em detrimento do Amazonas ou restrições das exportações dos produtos da ZF na Argentina. "Quero propor que as Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), da qual sou presidente, e a Comissão de Indústria, Comércio e Turismo (CICT) discutam juntas esse tema", disse.

PIB variou entre 7,5% e 8% em 2010, diz Mantega

Para ministro da Fazenda, o ritmo de investimentos foi duas a três vezes maior que o avanço registrado pela economia nacional

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil deve ter crescido entre 7,5% e 8% em 2010, declarou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ontem. Segundo ele, no mesmo ano, os investimentos cresceram na casa dos 20%, ritmo duas a três vezes superior ao avanço da economia, o que significaria que não é apenas a demanda que estimula o crescimento da economia.

Em palestra fechada na 12^o CEO Conference, promovida pelo banco BTGPactual, na capital paulista, o ministro destacou que o investimento medido pela Formação Bruta de Capital Fixo subiu a cerca de 19% do PIB no ano passado, enquanto a

variação real do PIB é esperada em 7,5% pela Fazenda.

Ao fazer a comparação com a velocidade de crescimento dos investimentos chineses, ele destacou que a base estrangeira é muito maior, em razão dos investimentos de mais de 40% do PIB. Em seguida, projetou com a alta dos investimentos a garantia do crescimento sustentado do país nos próximos anos "dinamizado por investimentos e pela demanda interna".

"Temos investimento de qualidade, o que significa modernização do parque produtivo, aumento da produtividade e aumento da oferta, de modo a neutralizar pressões inflacionárias que possam ocorrer", prosseguiu.

Desaceleração

Mantega ainda destacou que a atividade brasileira desacelerou, depois do forte crescimento de 2010, devendo acomodar-se em 5% neste ano e voltando a ampliar o fôlego em 2013, com variação real positiva prevista em 6,5%.

"Deixamos de ser o patinho feio, saímos da retaguarda para uma posição de vanguarda do crescimento mundial, parte do seletivo grupo de emergentes que vai estar à frente do crescimento mundial nos próximos anos", citou o ministro da Fazenda, baseando-se em pesquisa do BBA, com projeções até 2020.

Empresas do PIM iniciam discussões sobre PLR 2011

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, quase 200 indústrias já deram início às negociações sobre o repasse do benefício

HENRIQUE SAUNIER
Especial para o EM TEMPO
henrique@emtempo.com.br

Foi dada a largada para a discussão sobre o pagamento da Participação de Lucros e Resultados (PLR) referente ao ano de 2011. Aproximadamente 200 empresas já analisam as metas, percentuais e regras para a concessão do benefício aos colaboradores. A informação é do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, Valdemir Santana.

Ele explicou que o processo já foi iniciado pela maioria das empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM). Segundo Santana, os trabalhadores do distrito, neste ano, devem ter um aumento no percentual de PLR pago de até 15%, pois o reajuste geralmente é gerado em função dos resultados do ano anterior.

Philips, Yamaha, Sony, P&G (Gillette), Bic, Salcomp, CCE e Panasonic são algumas das companhias apontadas por Santana que estão com as conversas adiantadas, além de representarem as mais importantes, em razão do número de funcionários.

O presidente do sindicato res-

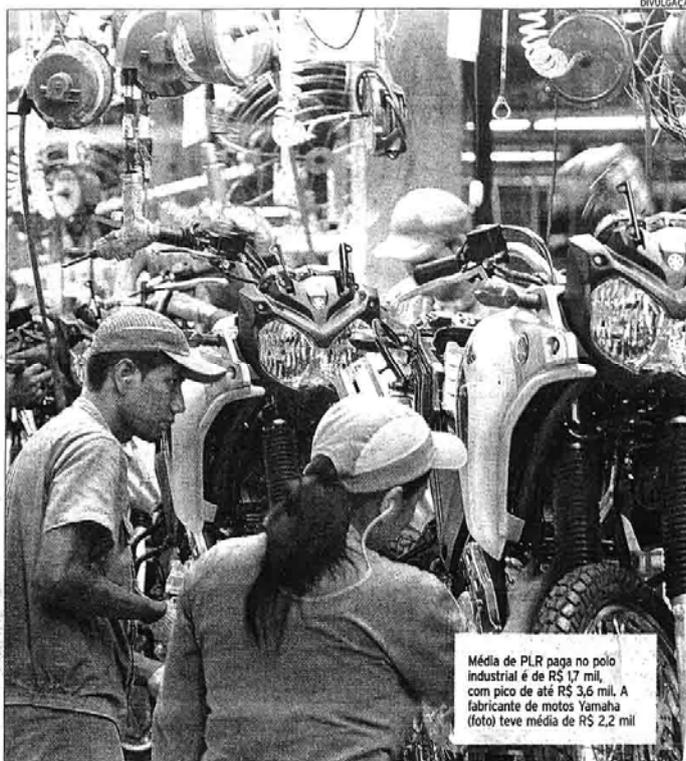
saltou que, em 2010, a média de PLR paga pelas empresas do PIM foi de R\$ 1,7 mil, mas os resultados chegaram a R\$ 3,6 mil. "Ano passado, a Yamaha pagou, em média, R\$ 2,2 mil e uma das que mais se destacou foi a LG, com R\$ 3,1 mil", informou.

O Sindicato dos Metalúrgicos espera que, pelo menos, a maioria das companhias resolva essas pendências ainda no primeiro semestre, mais precisamente em abril.

Mais de R\$ 105 mil pagos

A estimativa do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas de Manaus (Sinmen) é que o valor pago com PLR seja de pelo menos R\$ 105 milhões. De acordo com o presidente da entidade, Athaydes Mariano Félix, os valores variam de acordo com o porte das empresas e lucros, dentre outros fatores.

"A comissão também realiza um estudo com base na ausência dos trabalhadores e desempenho profissional. Não há período específico para fechar essas informações, pois as empresas podem ter o ano todo para estipular esse teto", informou. Segundo ele, o sindicato dos trabalhadores participa de todo o processo de discussão.



Média de PLR paga no polo industrial é de R\$ 1,7 mil, com pico de até R\$ 3,6 mil. A fabricante de motos Yamaha (foto) teve média de R\$ 2,2 mil

Trabalhadores paralisam por benefício

Enquanto as principais empresas do PIM discutem o pagamento do benefício, outras descumrem o acordo firmado. Por não terem sido pagos em 2010, cerca de 200 trabalhadores da fabricante de sons automotivos Visteon paralisaram as atividades por duas horas e meia na manhã de ontem.

De acordo com o secretário de saúde do Sindicato dos Metalúrgicos, Alivê Barbosa, os colaboradores reivindicam R\$ 2 mil pela PLR não depositada em 2010, mais a referente de 2011. Os funcionários da fábrica reclamaram ainda de assédio moral por parte da chefia, desvio de função e descumprimento da lei no que se refere ao oferecimento de creche ou auxílio-creche.

Toda a situação foi exposta aos gerentes da empresa, em reunião, na manhã de ontem, quando a fábrica propôs trégua até a próxima quarta-feira (23). Apesar das tentativas de contato pelo EM TEMPO, os diretores da Visteon não se pronunciaram sobre o assunto até o fechamento desta edição.

Mdic retoma discussão de 'PPB da Adidas'

RICHARD RODRIGUES

Equipe do EM TEMPO

richard@emtempo.com.br

Ao que tudo indica, a gigante Adidas pode realmente 'fincar os pés' no Polo Industrial de Manaus (PIM). As negociações entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) e a fabricante de calçados foram retomadas para a instalação da primeira unidade da indústria fora da Alemanha, conforme anúncio ontem do ministro Fernando Pimentel à bancada amazonense, no Senado.

De acordo com a senadora Vanessa Grazziotin, que participou da reunião realizada ontem em Brasília, as negociações entre a Adidas e o Mdic iniciaram na última terça-feira, quando representantes da empresa estiveram em São Paulo "As discussões, que estavam suspensas desde o ano passado, foram reiniciadas, e o ministro se mostrou sensibilizado com a situação, uma vez que o interesse da empresa em se instalar no PIM é grande", disse.

A senadora acrescentou ainda que a discussão gira em torno do Processo Produtivo Básico (PPB) a ser cumprido pela alemã, caso se instale na Zona Franca de Manaus (ZFM). "O que está em questão é a formatação do PPB, que é discutido para não prejudicar as demais fábricas de calçados do país", pontuou a senadora, ao informar que o senador Eduardo Braga também participou da reunião com o mi-

nistro, realizada em Brasília na tarde de ontem.

Vanessa acrescentou ainda que o Mdic está 'empenhado' para a instalação da Adidas no PIM, visto que entre os Estados brasileiros, a alemã deu preferência ao Amazonas. "O interesse na instalação da Adidas no PIM é grande, até porque a fabricante de calçados e de artigos esportivos já sinalizou interesse apenas no Amazonas. Caso contrário, ela deverá se instalar em outro país, e perder a indústria não é nosso interesse", pontuou a parlamentar.

Projeto em análise

Para poder iniciar atividades no PIM e dar o 'start' em mais um segmento no parque fabril manauense, a Adidas precisa da aprovação pelo governo federal do PPB de calçados, onde serão estabelecidas etapas de industrialização a serem cumpridas pela fábrica, que garantirá o máximo de agregação nacional ao produto. Com o 'sinal verde' dado para a instalação da Adidas no PIM, estão previstos investimentos de R\$ 15 milhões e a geração de 800 empregos diretos. Em relação à produção, a alemã informou que tem como meta produzir em Manaus de 3,2 milhões de pares de calçados, divididos entre 120 modelos de alto valor agregado, que hoje são produzidos unicamente na Ásia. A fabricante sinalizou ainda a possibilidade de exportar já a partir do terceiro ano de atividade em Manaus.

Mdic retoma discussão de 'PPB da Adidas' (continuação)

Produto nacionalizado

Com sede na Alemanha, a Adidas produz parte dos calçados destinados ao Brasil na China e traz os produtos ao país via importação. Com isso, a empresa precisa pagar uma tarifa de US\$ 13,85 por par, definida pelo governo brasileiro após um processo de investigação contra dumping do calçado chinês, movido pela Abicalçados.

Já com a produção no

PIM, a tarifa antidumping deixaria de incidir nos seus produtos, já que a importação de partes de calçados não recebe a cobrança. Se aprovado o projeto, a Adidas também poderá utilizar benefícios fiscais da zona franca, como isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e uma redução de até 88% no imposto de importação.

Recursos da Suframa em pauta

Além das 'boas novas' no que diz respeito à Adidas, na reunião entre o Mdic e senadores amazonenses, também foram discutidos os descontingenciamento de verbas para a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e a prorrogação e abrangência da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Conforme a senadora Vanessa Grazziotin, no orçamento deste ano, a autarquia só dispõe de R\$ 196

milhões para o pagamento de pessoal e manutenção da máquina. Aproximadamente R\$ 175 milhões, que seriam aplicados nos projetos de desenvolvimento regional, foram destinados à reserva de contingência para compor o superávit primário.

Na ocasião, o ministro Fernando Pimentel considerou a situação crítica e disse aos parlamentares que será um aliado deles na busca por uma solução. Ele pretende dar um

parecer sobre o problema até a próxima quinta (24), quando vai presidir em Manaus o Conselho de Administração da Suframa (CAS).

"É preciso que o governo federal tome a decisão de mandar um projeto de lei (ao Congresso Nacional) para restabelecer o crédito da contingência abrindo investimento para os Estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia, Amapá. E, assim, essa importante ferramenta

de desenvolvimento regional volte a funcionar plenamente para a nossa região", disse o senador Eduardo Braga.

Com relação à ZFM, o ministro deu apoio aos senadores no tocante ao encaminhamento dos compromissos de campanha da presidente Dilma Rousseff relativos ao modelo. Entre eles, a prorrogação dos incentivos fiscais por mais 50 anos e a expansão deles para a Região Metropolitana de Manaus (RMM).

CAPA

ESTADO TEM O 2º MAIOR DÉFICIT

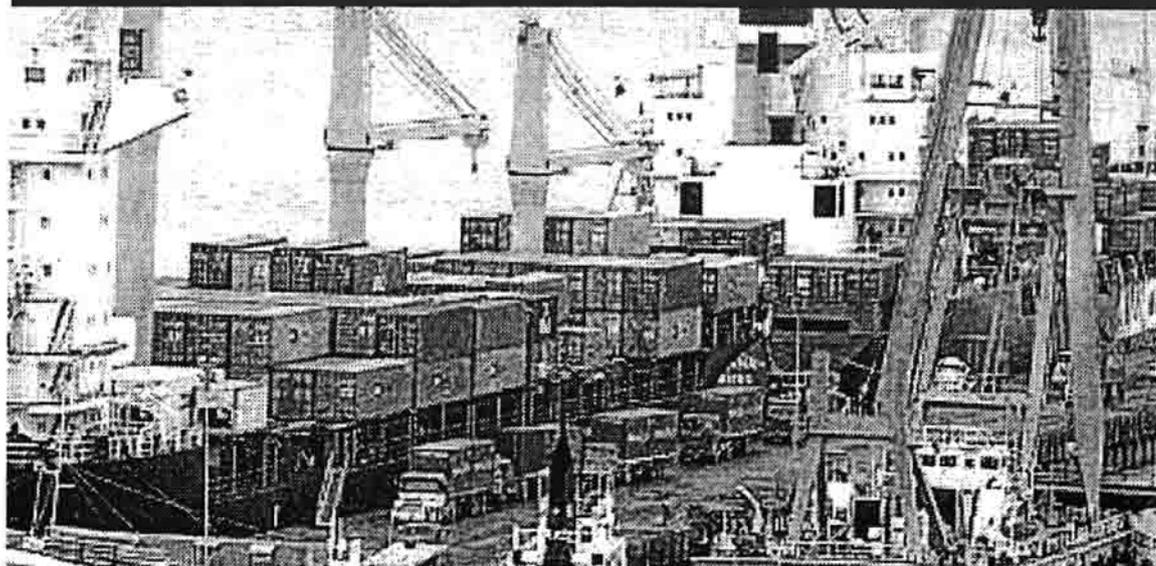


Foto: Raimundo Valentim/28/04/05

Economia

Com US\$ 865 milhões, Manaus foi a segunda cidade do País em volume de importações e o Amazonas ficou em segundo no ranking dos maiores déficits na balança comercial, com US\$ 792 milhões, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). | **AMAZONAS 11**

AM tem o 2º maior déficit comercial

Com US\$ 865 milhões, Manaus foi a segunda cidade do País em volume de importações e o Amazonas, ficou em segundo no ranking dos maiores déficits na balança comercial, com US\$ 792 milhões, segundo dados divulgados, ontem, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

As informações são referentes à balança comercial dos Estados e do Distrito Federal, e também de 1.778 municípios brasileiros que efetuaram operações com o mercado externo em janeiro de 2011 (21 dias úteis).

No período, todas as regiões tiveram saldo positivo – Sudeste (US\$ 557 milhões), Norte (US\$ 290 milhões), Centro-Oeste (US\$ 227 milhões) e Nordeste (US\$ 14 milhões) – com exceção da Região Sul, que registrou déficit de US\$ 831 milhões na balança comercial.

Santa Catarina foi o terceiro estado mais deficitário, ficando atrás apenas de São Paulo (US\$ 2,319 bilhões) e do Amazonas. O Paraná ficou em quarto lugar.

A região Sudeste apresentou o maior saldo positivo, com US\$ 557 milhões. A região Norte foi



Segundo balanço divulgado, Manaus foi a segunda cidade do País em volume de importações / Foto: 10/02/07 Evandro Seixas

a que mais cresceu no comparativo entre o mês de janeiro de 2011 e o de 2010, com aumento de 70,24%, que rendeu o segundo maior superávit, no valor de US\$ 290 milhões. A região Centro-Oeste vem em seguida com US\$ 227 milhões e o Nordeste registrou US\$ 14 milhões.

Valores

Em valores absolutos, a Região Sudeste foi a que mais exportou, US\$ 8,893 bilhões, com alta de 38,49% sobre as vendas de 2010 e com participação de

56,80% sobre o total vendido pelo País em janeiro deste ano.

Considerando o mesmo período comparativo, o Sul registrou aumento de 27,62% nas exportações realizadas em janeiro de 2011 (US\$ 2,514 bilhões), com participação de 17,43% do total nacional.

A Região Nordeste, por sua vez, foi a única que teve queda nas vendas ao mercado externo, com retração de 5,28%. O mercado nordestino exportou US\$ 1,232 bilhão, o que representou 11,51% do total vendido no mês.

Importações

A Região Sul registrou a segunda maior expansão quanto às importações em comparação com janeiro de 2010, com aumento de 34,78% e aquisições no valor de US\$ 3,345 bilhões, destes US\$ 1,283 bilhão são do Paraná e US\$ 1,040 bilhão de Santa Catarina. Ela é precedida apenas pelo Norte que teve crescimento de 41,24% nas importações, com compras no valor de US\$ 1,011 bilhão.

O Sudeste teve alta de 27,3% nas importações e somou US\$ 8,335 bilhões em compras. Já a região Centro-Oeste comprou US\$ 871 milhões, com aumento de 26,78% em relação ao primeiro mês de 2010. No Nordeste que chegou ao valor de US\$ 1,217 bilhão em importações, o crescimento foi de 16,6%.

A Região Sul do país foi a única que registrou déficit na balança comercial (mais importações que exportações) no primeiro mês de 2011. O valor foi de US\$ 831 milhões e mais da metade deste número (US\$ 513 milhões) se deve a Santa Catarina. Do restante, US\$ 418 milhões são originados do Paraná.

File com o editor
redacao@diariom.com.br

Manaus lidera ranking de investimentos

Um levantamento feito pelo anuário Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil, lançado recentemente pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), apontou que a cidade de Manaus liderou o ranking de investimentos no Norte do Brasil, em 2009.

A capital aplicou um montante da ordem de R\$ 165,9 milhões, registrando um crescimento de 41,2% se comparado com os números de 2008, quando Manaus ocupava a terceira colocação com R\$ 117,5 milhões, atrás de Porto Velho e Belém. No ranking nacional, a cidade ocupa hoje a 17ª posição.

De acordo com a Prefeitura de Manaus, esse resultado foi apoiado numa operação de crédito realizada pelo município da ordem de R\$ 68,8 milhões e de transferências voluntárias realizadas pela União, no valor de R\$ 25,7 milhões.

Além de Manaus, a capital Macapá também conseguiu se destacar entre os municípios selecionados pelo anuário que aumentaram seus investimentos em 2009, se comparado com o ano de 2008. A cidade registrou um crescimento de 30,9%.

INDICADOR

Economia subiu 7,8% em 2010

A atividade econômica do Brasil cresceu 7,81% em 2010, segundo o que mostra o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado ontem.

No final do ano passado, a atividade econômica ficou praticamente estável. Em dezembro, na comparação com novembro de 2010, a alta do índice foi de 0,07%. O IBC-Br ficou em 140,6 pontos no final de 2010 contra 140,51 pontos de novembro. Em outubro, o índice estava em 140,05 pontos. Na comparação com dezembro de 2009, houve crescimento de

4,07%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica e é um dos subsídios para a decisão do Banco Central (BC) sobre a taxa básica de juros, a Selic. O índice incorpora e sintetiza informações sobre o nível da atividade dos setores da economia, como indústria, agropecuária e serviços.

Previsão de PIB 2011 reduz

Consultorias e economistas já começaram a rever para baixo as suas projeções para a economia este ano. A LCA estima alta de 3,5%.